

Campanha sucessória pauta Parlamento

Guerra de CPLs no Congresso mostra partidos da aliança governista preocupados com as urnas em 2002

Christiane Samarco
de Brasília

Com a semana política encolhida pelos feriados da Páscoa, o Palácio do Planalto terá que acelerar uma operação desmonte para evitar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro. O presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), passou o fim de semana "dedicado à literatura financeira", para redigir o texto do requerimento que propõe a CPI e deve ser apresentando nesta segunda-feira ao plenário.

Jáder diz que os motivos que o levam a reivindicar a CPI dos bancos são os mesmos que motivaram o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a lutar pela CPI do Judiciário: "Não se pode investigar corrupção na Justiça, sem apurar irregularidades no sistema financeiro", defende o presidente e líder do PMDB, ao salientar que a questão dos bancos, que lucraram em janeiro mais do que em todo o ano passado, está atualíssima. Na verdade, ambos são movidos por projetos de poder de cada partido.

Segundo um dirigente pefelista, o projeto do PFL chama-se Antonio Carlos Magalhães. "Ele é o sangue e o oxigênio do partido", insiste, ao destacar que todos os pefelistas, incluindo o vice-presidente, Marco Maciel, e o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), estão envolvidos "de corpo e alma" no projeto ACM, porque é ele quem tem dado força ao partido. O PMDB não tem um nome, mas também já definiu o alvo nas urnas de 2002: a cadeira presidencial.

As turras com o governo que promete cargos e acena com a disposição de abrigar desempregados ilus-

tres, como o ex-governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, mas nunca cumpre o prometido, o PMDB já fez chegar ao Planalto um recado: o partido não vai se pautar pelo fisiologismo, mas pelo projeto de poder, que é chegar a presidência da República. O parlamentar que acompanha as conversas entre o partido e o Planalto conta que Jader Barbalho tem sido enfático ao alertar que esclareceu a situação com uma frase: "Não sou chefe de escritório de emprego".

Um cardeal do PSDB admite que o nervosismo do partido e do governo é grande, e adianta que o senador Antonio Carlos será acionado para operar o desmonte da CPI dos bancos. "CPI agora não dá; o presidente e o governo não podem sofrer abalos", resume o tucano. A preocupação e a pressa têm razões concretas. Basta a assinatura de seus 27 sena-

dores e o PMDB aprova, sozinho, a abertura do inquérito que pode complicar a vida do governo, levantando suspeitas sobre a equipe econômica e investigando as relações do Banco Central com grupos financeiros.

Otimista, o secretário-geral do PSDB, deputado Arthur Virgílio Neto (AM), identifica um jogo pré-eleitoral na movimentação dos alia-

"Não se pode investigar corrupção na Justiça sem apurar irregularidades no sistema financeiro", diz Jader

dos, mas aposta que a governabilidade será garantida pela manutenção da aliança entre PFL, PSDB, e PMDB. "É dever das lideranças gover-

nistas investir numa sofisticada articulação em favor da unidade da base aliada", pondera o tucano. A seu ver, uma base política estável é fundamental ao governo para restabelecer a confiança do investidor estrangeiro e repatriar capitais brasileiros. "A ação política bem feita hoje é um item da política economi-

ca", prega Arthur Virgílio. "Nada de jogar fora os parceiros da aliança."

Mas o sentimento dos aliados, especialmente do PMDB, é outro. Um dirigente peemedebista diz que seu partido não suporta mais ser tratado como o "patinho feio" da aliança. Prevalece no partido a avaliação de que o tratamento, que já era de "segunda classe", ficou ainda pior depois que o governo aprovou a emenda que prorroga e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

"Imaginaram uma segunda fase do governo em que o PMDB seria dispensável porque o Planalto teria encerrado as reformas e não precisaria mais do quórum constitucional", explica um peemedebista, avaliando que o sinal de que o governo elegeu o PFL como aliado principal veio na reforma política. A articulação para priorizar as mudanças no sistema político-eleitoral foram co-

mandadas por Marco Maciel e Jorge Bornhausen, em dobradinha com os tucanos, Aécio Neves (MG), líder na Câmara, e o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. A revelia do PMDB, tucanos e pefelistas decidiram tocar a reforma política, deixando de lado a tributária.

Foi aí que o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), decidiu fixar uma agenda independente, em que o primeiro item da pauta passou a ser a reforma tributária, ignorando os desejos do governo. Mais do que isto, o PMDB identificou na reforma política pontos que poderiam atrapalhar sua vida já nas eleições municipais de 2002. É o caso da proibição das coligações nas eleições proporcionais (vereadores e deputados). O PMDB tem nomes regionais fortes para encabeçar chapas, mas nem sempre possui estrutura para carregar sozinho uma eleição para prefeito ou governador.